

## EDITORIAL

O dossiê desse número é intitulado **Direitos Humanos e Fundamentais em Perspectiva**. Agradecemos, primeiramente, ao valioso trabalho do corpo editorial da Revista Altus Ciência, em especial a editora responsável.

Os artigos publicados apresentam – além do ineditismo – um conjunto de estudos que almejam examinar o Direito, nos seus mais diversos ramos, sob o prisma e tendo como fio condutor os Direitos Humanos estabelecidos a partir de uma raiz comum, a nossa Constituição Federal.

Nesse sentido, os textos escritos buscaram estabelecer uma base única e segura para a interpretação – apesar da sua inegável carga personalíssima – e crítica dos textos legais, aprofundando a discussão e relacionando-a inexoravelmente aos direitos e garantias fundamentais

Por fim, agradecemos mais uma vez ao corpo editorial da Revista Altus Ciência e a todos os autores e autoras dos artigos escritos, convidando o leitor a se debruçar nos mais variados temas que o respectivo dossiê proporciona.

O dossiê **Direitos Humanos e Fundamentais em Perspectiva** está assim constituído:

Para a seção de **autores convidados** contamos com o artigo "**O Fenômeno do Terrorismo no Passado e no Mundo Contemporâneo: Ruptura ou Continuidade?**" de autoria do **Prof. Dr. Ricardo Freitas**; nele o autor examina a evolução do terrorismo ao longo do século passado até os dias atuais. Apoiando-se em uma extensa revisão bibliográfica e na análise de eventos recentes, Freitas conclui que as transformações introduzidas pela globalização não eliminaram as manifestações terroristas tradicionais. O estudo destaca a persistência de elementos característicos do fenômeno, oferecendo uma compreensão abrangente das dinâmicas contemporâneas e históricas do terrorismo.

Na Seção de artigos contamos com "**A Expansão do Direito Penal, Seus Limites e as Normas Internacionais de Direitos Humanos que Limitam a Punição,**" escrito por **Isabelle Sotto-Mayor e Andréa Walmsley**. As autoras analisam a expansão do direito penal em uma sociedade globalizada e de riscos. O estudo aborda a definição de bem jurídico e Direitos Humanos, examinando sua relação com o poder punitivo estatal e os limites impostos a essa intervenção. Destaca-se o papel crucial das normas internacionais de direitos humanos na restrição da atuação punitiva do Estado, oferecendo uma visão crítica sobre os desafios associados à expansão do direito penal na contemporaneidade.

No artigo **"A Luta pelos Espaços de Memória da Ditadura Militar em Recife/PE,"** de **Nathália Caroline Neves de Andrade e Henrique Weil Afonso**, os autores abordam os objetivos da justiça de transição e a busca pelo direito à memória por meio da implementação de espaços de memória, em resposta às violações de direitos humanos durante o regime civil-militar. Destacando a importância intercultural do tema no contexto histórico do constitucionalismo, o artigo adota uma abordagem metodológica sistemática, observando a realidade empírica da justiça de transição no meio acadêmico. A conclusão enfatiza que a construção de museus, memoriais e monumentos relacionados a regimes autoritários desempenha um papel crucial no fortalecimento dos princípios democráticos.

Os pesquisadores **Marco Antonio Valença Meira e Henrique Weil Afonso**, escreveram artigo intitulado **"Aspectos da Incidência dos Princípios Constitucionais Atinentes ao Direito à Saúde na Consecução do Consentimento Informado nas Relações entre Médicos e Pacientes,"** nele os autores exploram a legislação constitucional e infraconstitucional relacionada à saúde, destacando princípios constitucionais e direitos fundamentais. O objetivo é contextualizar esses princípios, examinando sua aplicação no consentimento informado, autonomia da vontade e autodeterminação do paciente dentro do sistema normativo brasileiro. O artigo enfatiza que a autonomia do paciente ao consentir procedimentos médicos deve ser guiada por princípios constitucionais, independentemente das abordagens contratualistas ou bioéticas, assegurando decisões alinhadas aos melhores interesses do Estado e dos indivíduos.

Os autores **Simone de Sá Rosa Figueirêdo e Maria Eduarda Santos Pessoa de Melo Xavier** colaboraram no artigo intitulado **"Direitos Fundamentais em Suas Perspectivas Subjetiva e Objetiva: Uma Análise dos Direitos Fundamentais dos Contribuintes."** Nesta pesquisa, busca-se analisar a amplitude dos direitos fundamentais para compreender seu papel no Estado, com ênfase na escolha adequada da terminologia para identificar esses direitos. Considerando a dupla perspectiva subjetiva e objetiva desses direitos, a pesquisa propõe uma classificação que engloba as limitações dos contribuintes. Utilizando como referencial teórico o autor Dirley da Cunha Júnior, a pesquisa destaca a variedade de terminologias existentes e argumenta a favor de uma nomenclatura abrangente para conferir o máximo de conteúdo possível a esses direitos. A conclusão, fundamentada na Constituição Federal, sugere a possibilidade de incluir as limitações constitucionais ao poder de tributar no rol do artigo 5º da Carta Magna, reconhecendo-as como direitos fundamentais dos contribuintes.

**"Juiz das Garantias: O Direito Fundamental à Imparcialidade do Julgador e a Sua Implementação no Direito Processual Brasileiro"** é a contribuição de **Cristiane Guimarães Pereira Pinto e Leonardo Siqueira**. Eles estabeleceram com objetivo do trabalho analisar os fundamentos e a viabilidade da implementação do instituto do juiz das garantias no Brasil. De acordo com os autores este instituto, já presente em diversos países, gera controvérsias no cenário brasileiro, evidenciadas em ações judiciais como a ADI nº 6.298/DF, movida pela Associação dos Magistrados Federais do Brasil (Ajufe) e Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O artigo adota uma abordagem descritiva com método qualitativo e hipotético-dedutivo.

Os autores **Altamir Francisco da Silva e Maria Angélica de Oliveira Santos Alves** abordam o tema **"O Direito e a Verdade na Jurisprudência à Luz dos Ensinos Tomistas: Uma Resposta às Fake News."** O estudo analisa, a partir da jurisprudência brasileira, a promoção da verdade no direito, inspirada na doutrina de São Tomás de Aquino, visando combater a disseminação de notícias fraudulentas no país. A pesquisa adota uma abordagem dogmática e exploratória, incluindo análise bibliográfica e documental, inicialmente explorando a visão tomista sobre verdade e justiça e, em seguida, examinando a presença do direito à verdade no ordenamento jurídico brasileiro e sua aplicação nos tribunais nacionais.

No trabalho intitulado **"O Direito Fundamental à Prescrição do Crime sob a Ótica do Supremo Tribunal Federal: O Problema do Acórdão como Marco Interruptivo Prescricional,"** os autores **Victor Trajano de Almeida Rodrigues e Lídia Mara Barci** examinam a jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a prescrição penal. Focando especificamente no acórdão confirmatório como marco interruptivo, a pesquisa destaca uma mudança significativa no entendimento do STF, contrariando décadas de prática jurídica. A análise abrange revisão bibliográfica e exame da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do STF ao longo do tempo, revelando uma ruptura com o posicionamento anterior no Brasil. Essa alteração é apontada como uma violação aos princípios da legalidade, irretroatividade penal, primado do interesse social e segurança jurídica.

Sob o título de **"O Direito Fundamental ao Contraditório e a Sua Relação com o Reforço do Dever de Fundamentação das Decisões Judiciais,"** as autoras **Maira de Carvalho Pereira Mesquita e Gabriela Bastos de Paula Cavalcante Silva** exploram a interligação entre a releitura da garantia fundamental do contraditório e o fortalecimento do dever de fundamentação das decisões judiciais no contexto do processo civil brasileiro. Sob o paradigma do Estado Constitucional, a pesquisa analisa a relação entre democracia deliberativa,

contraditório substancial e dever de fundamentação. A conclusão destaca que o direito de influência impõe ao órgão julgador um reforço no dever de fundamentação, uma vez que as partes não apenas têm o direito de se manifestar, mas também de ver seus argumentos refletidos na fundamentação dos pronunciamentos emitidos pelo Poder Judiciário.

**"O Resgate dos Espaços de Memória na Historicidade da Justiça de Transição no Brasil como Mecanismo de Efetivação dos Direitos Humanos,"** foi o trabalho apresentado pelas autoras **Nathália Caroline Neves de Andrade e Simone de Sá Rosa Figueirêdo** que propõem uma análise da relação entre a justiça de transição e a busca pela efetivação do direito à memória por meio da implementação dos denominados espaços de memória. O estudo aborda as graves violações de direitos humanos durante o regime civil-militar no Brasil. Utilizando o método hipotético-dedutivo e adotando uma abordagem descritiva e qualitativa, a pesquisa percorre uma perspectiva intercultural, o processo histórico do constitucionalismo, chegando à contemporaneidade com uma análise paralela do constitucionalismo latino-americano. A conclusão destaca a importância do resgate dos espaços de memória na historicidade da justiça de transição brasileira como mecanismo essencial para efetivação dos direitos humanos e preservação da ordem democrática.

No artigo **"Reflexos da Aplicabilidade da Súmula Vinculante 24, do Supremo Tribunal Federal, nos Crimes de Lavagem de Dinheiro,"** os pesquisadores **Jorge André de Carvalho Mendonça e Raul Cesar Junges Carvalho** abordam a natureza jurídica do "lançamento definitivo do tributo," conforme discutido na formação da Súmula Vinculante 24. A pesquisa destaca a relevância das diferentes interpretações para a aplicação da Lei de Lavagem de Capitais. A leitura do enunciado da Súmula, considerando a expressão como um elemento do tipo, sugere uma atipicidade para as condutas de lavagem de dinheiro até a constituição definitiva do tributo, semelhante ao tratamento dos crimes de sonegação fiscal. Por outro lado, considerar a natureza jurídica como condição de procedibilidade ou condição objetiva de punibilidade permite identificar condutas de lavagem de dinheiro entre a prática do ato de sonegação fiscal e a constituição definitiva do tributo. Após uma pesquisa bibliográfica que evidencia a controvérsia, a abordagem empírico-qualitativa envolve a análise de trechos dos votos dos Ministros do STF sobre a questão. A conclusão destaca a viabilidade de ambas as interpretações, com uma inclinação preferencial para aquela que reconhece a prática de lavagem de dinheiro desde o momento anterior à constituição definitiva do tributo.

Os autores **Danielle Spencer e Solon Ivo da Silva Filho** abordam, no artigo **"Da Atuação Preventiva do Ministério Público: Por um Controle Antecedente como Requisito**

**Formal na Formação dos Contratos de Consumo,"** o estudo das cláusulas abusivas, destacando a importância do controle efetivo por meio de uma atuação preventiva do Ministério Público como requisito formal na fase de formação dos contratos de consumo. O artigo examina normativas e doutrinas relacionadas às cláusulas abusivas, embasando a necessidade da atuação antecedente do Ministério Público para afastar tais cláusulas dos contratos de consumo antes de sua vigência, visando a proteção do consumidor no mercado de consumo.

As pesquisadoras Juliana **Couto Fazio e Renata Cristina Othon Lacerda de Andrade** exploram, no artigo "**Tecnologia e o Direito Fundamental de Acesso à Justiça,**" o sistema multiportas na administração pública, focalizando no funcionamento do aplicativo MeuINSS como uma possível porta desse sistema. O artigo analisa a hipótese de que o uso de ferramentas tecnológicas, como o MeuINSS, para a resolução de conflitos na administração pública, é uma maneira de democratizar o acesso à justiça. A pesquisa, de natureza descritiva, aplicada e bibliográfica, utiliza um método dedutivo e uma abordagem qualitativa para examinar o processo de resolução consensual de conflitos entre o INSS e seus beneficiários por meio da tecnologia.

Agradecemos a todos os autores pela valiosa contribuição por meio de seus artigos, que enriquecem significativamente nosso dossiê. Desejamos a toda a comunidade acadêmica uma leitura estimulante e inspiradora, na esperança de que essas pesquisas alimentem novas ideias e debates no ambiente acadêmico.

### **Organizadores**

Prof. Dr. Leonardo Siqueira

Prof. Dr. Jorge Mendonça

Profa. Dra. Simone Sá